

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 31 de março de 2014.

Edição n° 1398

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Boletins.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Atos normativos.....2

Boletins de Pessoal.....3

Súmulas de contratos.....3

Editais.....4

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....5

Súmulas de convênios.....7



PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

BOLETIM N.º 123/2014

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EDUARDO DE LIMA VEIGA, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 127, § 2º, da Constituição Federal, e do artigo 109, incisos II e V, parágrafo único, da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, resolve, tendo em vista o que consta no Procedimento nº PR.01194.00010/2012-6:

NOMEAR

- ADRIANA COSTA, JOÃO PEDRO TOGNI, DIEGO PRUX, DÉBORA JAEGER BECKER, ALINE BALDISSERA, KAREN CRISTINA MALLMANN, KARINE CAMARGO TEIXEIRA, TÁSSIA BERGMAYER DA SILVEIRA, MARISTELA SCHNEIDER, RAFAELA HIAS MOREIRA HUERGO, CRISTINA SCHMITT ROSA, ANDRÉ LUIZ TAROUÇO PINTO, VANESSA CASARIN SCHÜTZ, MARLISE MARTINO OLIVEIRA, JÚLIA FLORES SCHUTT, GUILHERME MARTINS DE MARTINS, FELIPE LISBOA BARCELOS, BILL JERÔNIMO SCHERER, RODRIGO BALLVERDÚ LOUZADA, GABRIEL CYBIS FONTANA, SILVIA INÊS MIRON JAPPE, BIANCA D'ALESSANDRO KOSCIUK, CAMILO VARGAS SANTANA, ROBSON JONAS BARREIRO, LEONARDO DOS SANTOS ROSSI, FRANCISCO SALDANHA LAUENSTEIN, ECLÉIA SILVANI DEUSCHLE, ANA MARIA HAHN SOUZA, RENATA LONTRA DE OLIVEIRA e DENIS GUSTAVO GITRONE, aprovados em concurso, como Promotores de Justiça de entrância inicial.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 31 de março de 2014.

MARÍLIA COHEN GOLDMAN,

Promotora-Assessora.

BOLETIM N.º 129/2014

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO DE LIMA VEIGA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

DESIGNAR

- a Dra. LETÍCIA ELSNER PACHECO DE SÁ, 1ª Promotora de Justiça Cível da Promotoria de Justiça de Campo Bom, para oferecer denúncia, bem como para acompanhar todos os trâmites, contra Leandro Otto e Índio Vargas Porto no Processo n.º 087/2.13.0002165-9, oriundo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Campo Bom, e, no caso de suas férias, impedimentos ou ausências, o Promotor de Justiça Substituto de escala, que não esteja impedido (Port. 0496/2014).

- o Procurador de Justiça Dr. ANTÔNIO CARLOS DE AVELAR BASTOS, ID n.º 3422194, para, como representante do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, atuar no Pleno

do Egrégio Tribunal de Justiça, na sessão do dia 31 de março de 2014 (Port. 0652/2014).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 31 de março de 2014.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete,

Secretária-Geral.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIA N.º 0801/2014

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, no uso de suas atribuições legais **RESOLVE** publicar esta portaria, para determinar, com fulcro no artigo 203 da Lei Complementar Estadual n.º 10.098/94, o **ARQUIVAMENTO** da Sindicância, **SPU.PR.00958.05017/2013-2**.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre/RS, 28 de março de 2014.

Registre-se e Publique-se.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

PORTARIA N.º 0802/2014

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, no uso de suas atribuições legais **RESOLVE** publicar esta portaria, para determinar, com fulcro no artigo 203 da Lei Complementar Estadual n.º 10.098/94, o **ARQUIVAMENTO** da Sindicância, **SPU.PR.00589.00372/2013-3**.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre/RS, 28 de março de 2014.

Registre-se e Publique-se.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

PORTARIA N.º 0803/2014

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, no uso de suas atribuições legais **RESOLVE** publicar esta portaria, para determinar, com fulcro no artigo 203 da Lei Complementar Estadual n.º 10.098/94, o **ARQUIVAMENTO** da Sindicância, **SPU.PR.01225.00047/2013-9**.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre/RS, 28 de março de 2014.

Registre-se e Publique-se.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.



BOLETIM N.º 130/2014

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

APOSENTAR

- nos termos do artigo 109, inciso II, parágrafo único, da Constituição Estadual e tendo em vista o que consta no Processo n.º PR.00033.00624/2013-9, por invalidez permanente, a servidora efetiva KLÉVIA MARIA CAVALCANTE MORAIS, Assistente de Promotoria de Justiça, classe "O", ID n.º 3386791, regime jurídico estatutário, carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal de Provedimento Efetivo da Procuradoria-Geral de Justiça, nos termos do artigo 40, § 1º, inciso I e § 9º da Constituição Federal, com redação dada pelas Emendas Constitucionais n.º 41/2003 e n.º 70/2012, artigo 201, § 9º, da Constituição Federal, e artigo 158, inciso I, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar n.º 10.098/1994, devendo perceber, na inatividade, proventos mensais e integrais, incluindo 09% (nove por cento), referentes a 03 (três) Avanços Trienais, conforme artigo 99, todos da Lei Complementar n.º 10.098/1994 (Port. 0645/2014).

EXONERAR

- a pedido, a contar de 31 de março de 2014, a servidora ANA MARIA HAHN SOUZA, ID n.º 3396711, do cargo de Assessor – Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, classe "R", em virtude de posse no cargo de Promotor de Justiça, deste órgão (Port. 0605/2014).

- a pedido, a contar de 31 de março de 2014, o servidor FRANCISCO SALDANHA LAUENSTEIN, ID n.º 3390314, do cargo de Assessor – Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, classe "R", em virtude de posse no cargo de Promotor de Justiça, deste órgão (Port. 0616/2014).

- a pedido, a contar de 31 de março de 2014, a servidora BIANCA D'ALESSANDRO KOSCIUK, ID n.º 3449998, do cargo de Assessor – Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, classe "R", em virtude de posse no cargo de Promotor de Justiça, deste órgão (Port. 0628/2014).

- a pedido, a contar de 31 de março de 2014, o servidor GABRIEL CYBIS FONTANA, ID n.º 3450090, do cargo de Assessor – Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, classe "R", em virtude de posse no cargo de Promotor de Justiça, deste órgão (Port. 0631/2014).

- a pedido, a contar de 31 de março de 2014, a servidora ECLÉIA SILVANI DEUSCHLE, ID n.º 3449629, do cargo de Assessor – Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, classe "R", em virtude de posse no cargo de Promotor de Justiça, deste órgão (Port. 0633/2014).

- a pedido, a contar de 31 de março de 2014, o servidor JOÃO PEDRO TOGNI, ID n.º 3418456, do cargo de Assessor – Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, classe "R", em virtude de posse no cargo de Promotor de Justiça, deste órgão (Port. 0642/2014).

- a pedido, a contar de 31 de março de 2014, a servidora KAREN CRISTINA MALLMANN, ID n.º 3406148, do cargo de Assessor – Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, classe "R", em virtude de posse no cargo de Promotor de Justiça, deste órgão (Port. 0647/2014).

- a pedido, a contar de 31 de março de 2014, a servidora MARLISE MARTINO OLIVEIRA, ID n.º 3713520, do cargo de Assessor – Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, classe "R", em virtude de posse no cargo de Promotor de Justiça, deste órgão (Port. 0804/2014).

- a pedido, a contar de 31 de março de 2014, a servidora RENATA LONTRA DE OLIVEIRA, ID n.º 3412598, do cargo de Assessor – Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, classe "R", em virtude de posse no cargo de Promotor de Justiça, deste órgão (Port. 0805/2014).

- a pedido, a contar de 31 de março de 2014, o servidor BILL JERÔNIMO SCHERER, ID n.º 3450643, do cargo de Assessor – Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, classe "R", em virtude de posse no cargo de Promotor de Justiça, deste órgão (Port. 0806/2014).

- a pedido, a contar de 31 de março de 2014, a servidora JÚLIA FLORES SCHUTT, ID n.º 3713652, do cargo de Assessor – Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, classe "R", em virtude de posse no cargo de Promotor de Justiça, deste órgão (Port. 0807/2014).

- a pedido, a contar de 31 de março de 2014, a servidora BIANCA CANUSO WONDRACEK, ID n.º 3419215, do cargo em comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça, CC-10, deste órgão (Port. 0643/2014).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 31 de março de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
E RATIFICAÇÃO**

PROCESSO N.º 733-09.00/14-2

CONTRATADA: VILA VENTURA HOTÉIS LTDA.; **OBJETO:** contratação de infraestrutura – espaço, equipamentos, serviços e alimentação – para a realização dos Projetos educacionais “Desenvolvimento e Integração de Gestores” e “Desenvolvimento e Integração de Gestores Avançado: Tomada de Decisões”, nas datas de 16, 20 e 23 de maio de 2014; **VALOR TOTAL:** R\$ 21.882,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3935; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, caput, da Lei Federal n.º 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 27/03/2014, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de março de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.



Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 31 de março de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1398

**SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
E RATIFICAÇÃO
CO. 29126**

CONTRATADA: MARIÂNGELA GUERREIRO MILHORANZA;
OBJETO: contratação de profissional para ministrar a aula "Linguagem Jurídica e a Comunicação do Promotor", atividade educacional introdutória do programa a ser promovido para novos Promotores de Justiça; **VALOR TOTAL:** R\$ 900,00;
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.36/3611; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, inciso II e § 1º, combinado com o art. 13, inciso VI, da Lei Federal n.º 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 27 de março de 2014, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de março de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO 4º TERMO ADITIVO AO Contrato
de prestação de serviços
PROCESSO N.º 1197-09.00/10-0**

CONTRATADA: PLANIDUTO AR CONDICIONADO LTDA;
OBJETO: prorrogação, por 12 (doze) meses, a contar de 1º de abril de 2014, da vigência do Contrato de Prestação de Serviços – AJDG n.º 11/10; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3931; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93, bem como a cláusula oitava, do ajuste.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de março de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO 1º TERMO ADITIVO AO Contrato
de OBRAS E SERVIÇOS
PROCESSO N.º 3180-0900/13-8**

CONTRATADA: ALFA SUL ENGENHARIA LTDA; **OBJETO:** crescer, ao objeto do contrato, AJDG n.º 121/13, materiais e serviços, resultando no acréscimo, ao preço total do ajuste, da quantia de R\$ 702,23 (setecentos e dois reais e vinte e três centavos); **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 1764, Natureza da Despesa 4.4.90.51, Rubrica 5103; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 65, inciso I, "a" e "b" e § 1º, da Lei Federal n.º 8.666/93, bem como a cláusula oitava, do ajuste.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de março de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

EDITAL N.º 128/2014

Resultado do Edital n.º 106/2014 – REMOÇÃO DE
ASSESSOR, BACHAREL EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E
SOCIAIS (DEMP 20/03/2014)

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, faz público que, tendo em vista o que consta no PR.00576.00240/2014-5, se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urfl/remocoes>), o resultado da remoção referente ao Edital n.º 106/2014.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 31 de março de 2014.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL N.º 129/2014

REMOÇÃO DE ASSESSOR-BACHAREL EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urfl/remocoes>), a divulgação do local em que será oferecida vaga para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 31 de março de 2014.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL N.º 130/2014

REMOÇÃO DE SECRETÁRIO DE DILIGÊNCIAS.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urfl/remocoes>), a divulgação do local em que será oferecida vaga para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regula-



mentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 31 de março de 2014.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM Nº 01/2014 – CAO-DH

O COORDENADOR DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, instaurou os seguintes Inquéritos Cíveis e Peças de Informação:

1) Inquérito Civil nº 00710.00011/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Daniela Sudbrack Gaspar Raiser, da Promotoria de Justiça de Agudo, com a finalidade de apurar irregularidades no atendimento do serviço de psiquiatria pelo município.

2) Inquérito Civil nº 01177.00003/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Cassiano Marquardt Corleta, da Promotoria de Justiça de Alvorada, com a finalidade de verificar eventuais irregularidades no Centro de Recuperação Jovem, localizado na Rua Vieira de Mello, nº 104.

3) Inquérito Civil nº 01177.00008/2010 instaurado pelo Promotor de Justiça Cassiano Marquardt Corleta, da Promotoria de Justiça de Alvorada, com a finalidade de verificar irregularidades na ILPI Sociedade Espírita Simão Pedro.

4) Inquérito Civil nº 00936.00004/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça João Afonso Silva Beltrame, da Promotoria de Justiça de Arroio do Tigre, com a finalidade de averiguar irregularidades em relação ao cadastro no FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

5) Inquérito Civil nº 00723.00045/2012 instaurado pelo Promotor de Justiça Alécio Silveira Nogueira, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, com a finalidade de apurar eventual cobrança indevida de consultas médicas através do Plano de Saúde Tacchimed quando estas ocorrem após o prazo de 30 dias, por força maior.

6) Portaria nº 10/13 instaurada pelo Promotor de Justiça Alécio Silveira Nogueira, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, com a finalidade de averiguar possíveis irregularidades no atendimento aos portadores de autismo junto à Associação Gota D'Água, com sede no município.

7) Inquérito Civil nº 00728.00015/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Giani Pohlmann Saad, da Promotoria de Justiça de Cachoeira do Sul, com a finalidade de apurar a falta de autorização legal para funcionamento de atividade privada para residencial terapêutico de portadores de sofrimento psíquico, pelo Residencial Solar II, no município.

mento psíquico, pelo Residencial Solar II, no município.

8) Inquérito Civil nº 00728.00016/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Giani Pohlmann Saad, da Promotoria de Justiça de Cachoeira do Sul, com a finalidade de apurar irregularidades quanto ao funcionamento do Pensionato Nosso Lar.

9) Inquérito Civil nº 00732.00056/2012 instaurado pelo Promotor de Justiça Ricardo Cardoso Lazzarin, da Promotoria de Justiça de Camaquã, com a finalidade de verificar a fragilização da rede de proteção de Direitos Humanos, em razão da ausência de profissional de psicologia, por inércia ou disposição do mandatário do município de Chuvisca/RS.

10) Inquérito Civil nº 00732.00026/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Ricardo Cardoso Lazzarin, da Promotoria de Justiça de Camaquã, com a finalidade de verificar provável situação de risco aos idosos em decorrência da falta de condições de higiene e segurança para o funcionamento do estabelecimento de longa permanência para idosos Orny Ribeiro Dias.

11) Inquérito Civil nº 00732.00020/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Ricardo Cardoso Lazzarin, da Promotoria de Justiça de Camaquã, com a finalidade de apurar o funcionamento irregular de ILPI, com riscos aos idosos e outras pessoas fora dessa condição que lá estejam, por parte de Paulo Ricardo Garcia Tejada ME – Lar do Idoso Evanilda Garcia.

12) Inquérito Civil nº 00734.00014/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Mari Oni Santos da Silva, da Promotoria de Justiça de Campo Bom, com a finalidade de investigar a possível falta de leitos e UTI no Hospital Lauro Réus, no município.

13) Inquérito Civil nº 00738.00028/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Adriano Pereira Zibetti, da Promotoria de Justiça de Canguçu, com a finalidade de apurar as condições de acesso rodoviário ao prédio do Lar de Idosos Bom Samaritano, no município.

14) Inquérito Civil nº 00738.00029/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Adriano Pereira Zibetti, da Promotoria de Justiça de Canguçu, com a finalidade de apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado pelo Prefeito Municipal e pelo Secretário Municipal de Assistência Social, na Casa da Criança e do Adolescente de Canguçu.

15) Inquérito Civil nº 00740.00004/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Manoel Dossena Lopes dos Santos, da Promotoria de Justiça de Canoas, com a finalidade de apurar a regularidade do funcionamento da Instituição de Longa Permanência de Idosos Lar Aliança.

16) Inquérito Civil nº 00740.00005/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Manoel Dossena Lopes dos Santos, da Promotoria de Justiça de Canoas, com a finalidade de apurar a regularidade do funcionamento da Instituição de Longa Permanência de Idosos – ILPI denominada Geriatria Vida de Sonhos.

17) Inquérito Civil nº 00949.00043/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, com a finalidade de averiguar possível falta de acessibilidade à praia de Capão da Canoa.



Diário eletrônico do

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 31 de março de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1398

18) Inquérito Civil nº 00949.00194/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, com a finalidade de averiguar a regularidade da Casa de Repouso Vovó Elsa, localizada na Rua Dona Alce, 108, Bairro Santa Luzia, em Capão da Canoa, de responsabilidade de Simone da Silva Rosemberg.

19) Inquérito Civil nº 00949.00195/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, com a finalidade de averiguar a regularidade do Lar Leopoldina, localizado na Rua Ubatuba, 388, Bairro Navegantes, em Capão da Canoa, de responsabilidade de Charles Luiz Policena Luciano.

20) Inquérito Civil nº 00745.00015/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Barbosa Fernandes, da Promotoria de Justiça de Carlos Barbosa, com a finalidade de investigar a prevenção de eventuais riscos a crianças decorrentes da inexistência de obstáculos físicos entre as praças de brinquedos públicas e as vias de circulação de veículos, no município.

21) Aditamento à Portaria de Instauração do Inquérito Civil nº 00748.00173/2008, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, pelo Promotor de Justiça Mauro Rocha de Porchetto, para constar como investigada Márcia Marcelino Instituição de Longa Permanência para Idosos – Casa de Repouso para Idosos Recanto Feliz.

22) Aditamento à Portaria de Instauração do Inquérito Civil nº 00748.00322/2012 da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, com a finalidade de investigar a possível demora na marcação de consultas para Urologista.

23) Inquérito Civil nº 00748.00063/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Rocha de Porchetto, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar a possível demora na realização de consultas médicas com otorrinolaringologista e gastroenterologista e de exame de ecografia.

24) Inquérito Civil nº 00748.00299/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar a concessão de transporte de passageiros por micro-ônibus sem licitação.

25) Inquérito Civil nº 00768.00019/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Andre de Azevedo Coelho, da Promotoria de Justiça de Esteio, com a finalidade de apurar possível violação a direitos fundamentais dos moradores da Rua Pelotas, município de Esteio, em razão das constantes enchentes que ocorrem na localidade, sendo apontada como possível causa das inundações a colocação de canos de concreto em uma vala existente no final da referida rua.

26) Inquérito Civil nº 01232.00001/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Carla Pereira Rêgo Flôres, da Promotoria de Justiça de Eldorado do Sul, com a finalidade de averiguar a falta de condições de funcionamento da Policlínica Central (posto de saúde 24h), localizada na Rua Batori José Rodrigues dos Santos, 52, Centro, face a ausência de medicamentos, de aparelhos e equipamentos básicos para a realização de exames, além do reduzido quadro de profissionais da área de saúde.

27) Inquérito Civil nº 01232.00009/2012 instaurado pelo Promotor de Justiça Plínio Castanho Dutra, da Promotoria de Justiça de Eldorado do Sul, com a finalidade de apurar a falta de atendimento médico à população do Parque Eldorado – Eldorado do Sul.

28) Inquérito Civil nº 00760.000010/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Karina Mariotti, da Promotoria de Justiça de Encantado, com a finalidade de apurar a falta de adaptação das instalações do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do município de Relvado/RS ao atendimento de pessoas idosas e com deficiência.

29) Inquérito Civil nº 00760.000018/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Karina Mariotti, da Promotoria de Justiça de Encantado, com a finalidade de apurar a ineficiência na prestação de serviços médicos e hospitalares no município de Roda Sales.

30) Inquérito Civil nº 00761.00003/2012 instaurado pelo Promotor de Justiça Rui Prediger, da Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul, com a finalidade de apurar a regularidade da Instituição de Longa Permanência para Idosos “Vó Dilma”.

31) Inquérito Civil nº 00761.00037/2012 instaurado pelo Promotor de Justiça Cláudio Rafael Morosin Rodrigues, da Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul, com a finalidade de apurar suposta confecção de óculos sem receituário médico, prática executada pela Ótica Q'Vista.

32) Inquérito Civil nº 00761.00027/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Cláudio Rafael Morosin Rodrigues, da Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul, com a finalidade de investigar a disponibilidade de veículo com acessibilidade para transportar pessoas portadoras de deficiência que necessitam de atendimento de saúde em outro município.

33) Inquérito Civil nº 00763.009.00009/2012 instaurado pela Promotora de Justiça Carmem Lucia Garcia, da Promotoria de Justiça de Erechim, com a finalidade de investigar problemas relativos à falta de segurança, de infra-estrutura física e de recursos humanos no Albergue Municipal de Erechim.

34) Inquérito Civil nº 00763.00014/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Carmem Lucia Garcia, da Promotoria de Justiça de Erechim, com a finalidade de investigar a cobrança de alugueis de pessoas carentes beneficiadas com moradias oriundas de convênios firmados pelo Município de Erechim com a Sociedade São Vicente de Paulo.

35) Inquérito Civil nº 00763.00022/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Carmem Lucia Garcia, da Promotoria de Justiça de Erechim, com a finalidade de apurar a falta de abastecimento de água potável no Povoado de Pirajuni, em Itatiba do Sul.

36) Inquérito Civil nº 00763.00033/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Carmem Lucia Garcia, da Promotoria de Justiça de Erechim, com a finalidade de averiguar o tratamento e a qualidade da água dos poços artesianos que abastecem a população do interior do Município de Três Arroios.

37) Inquérito Civil nº 00763.00035/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Carmem Lucia Garcia, da Promotoria de Justiça de Erechim, com a finalidade de averiguar a suspensão dos atendimentos prestados no Centro de Ra-



dioterapia do Alto Uruguai, assim como as razões pelas quais um aparelho acelerador linear de combate ao câncer doado, que dobraria a capacidade de atendimento à população, encontra-se sem uso.

38) Inquérito Civil nº 00763.00038/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Carmem Lucia Garcia, da Promotoria de Justiça de Erechim, com a finalidade de apurar eventual violação do direito à educação de jovens surdos, em razão da inexistência de intérprete de libras no turno da noite do ensino politécnico da Escola Estadual Professor João Germano Imlau.

39) Inquérito Civil nº 00763.00050/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Carmem Lucia Garcia, da Promotoria de Justiça de Erechim, com a finalidade de apurar possível lesão aos usuários do Sistema Único de Saúde, em decorrência da cobrança de consultas e exames pelo Município de Barão de Cotegipe.

40) Inquérito Civil nº 00769.00002/2012 instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Cozza Bruno, da Promotoria de Justiça de Estrela, com a finalidade de apurar a cobrança de valores a usuários dos SUS para a realização de exames laboratoriais, cirurgias e tratamentos de saúde, encaminhados pelo Município de Colinas.

41) Inquérito Civil nº 00770.00034/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Cozza Bruno, da Promotoria de Justiça de Estrela, com a finalidade de apurar irregularidades no tocante às instalações e condições de trabalho do SAMU em Estrela.

42) Inquérito Civil nº 00773.00011/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Rafael Russomanno Gonçalves, da Promotoria de Justiça de Feliz, com a finalidade de investigar possível irregularidade em Comunidade Terapêutica para Tratamento de dependentes químicos.

43) Procedimento Preparatório nº 00780.00036/2013 da Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas, pelo Promotor de Justiça Adriano Luís de Araujo, com a finalidade de investigar eventual funcionamento irregular do Conselho Municipal da Saúde de Sertão.

44) Inquérito Civil nº 00784.00002/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Carolina Barth Loureiro Ingracio, da Promotoria de Justiça de Gravataí, com a finalidade de averiguar se o Hospital Dom João Becker está cumprindo os requisitos necessários para o seu enquadramento como entidade filantrópica.

45) Inquérito Civil nº 00784.00003/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Carolina Barth Loureiro Ingracio, da Promotoria de Justiça de Gravataí, com a finalidade de apurar irregularidades – Ausência de Alvará Sanitário e inadequação às exigências legais – na ILPI Lar Recanto Verde.

46) Inquérito Civil nº 00784.00005/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Carolina Barth Loureiro Ingracio, da Promotoria de Justiça de Gravataí, com a finalidade de apurar possível desvio de finalidade de Comunidade Terapêutica – Usina da Saúde, situada na Rua Barros Cassal, nº 96.

47) Inquérito Civil nº 00784.00006/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Carolina Barth Loureiro Ingracio, da Promotoria de Justiça de Gravataí, com a finalidade de averiguar

possíveis irregularidades no estabelecimento Miranda e Borba Ltda – Farmácia Unifarma.

48) Inquérito Civil nº 00784.00008/2012 instaurado pela Promotora de Justiça Débora Regina Menegat, da Promotoria de Justiça de Gravataí, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades e inadequação às exigências legais na ILPI Lar Mãe e Filhos.

49) Inquérito Civil nº 00788.0021/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Letícia Elsner Pacheco de Sá, da Promotoria de Justiça de Guaporé, com a finalidade de investigar provável cobrança indevida de honorários médicos em procedimentos abarcados pelo Sistema Único de Saúde.

50) Inquérito Civil nº 00790.00019/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Cristiane Maria Scholl Levien, da Promotoria de Justiça de Herval, com a finalidade de apurar insuficiência de ações organizadas em saúde mental, no município.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de março de 2014.

MAURO LUÍS SILVA DE SOUZA,

Promotor de Justiça, Coordenador Substituto,

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos.

De acordo.

MARCELOS LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

**Súmula do Termo de Adesão ao
Convênio de Cooperação BCB/CNMP
Nº 01/2013**

PR.00001.00131/2014-1

Signatários: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, Conselho Nacional do Ministério Público e Banco Central do Brasil. **Objeto:** Adesão ao Convênio de Cooperação Institucional firmado entre o Banco Central do Brasil e o Conselho Nacional do Ministério Público, assegurando ao Ministério Público o acesso às informações contidas no Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional. **Prazo de vigência:** 60 meses, a contar de 12-11-2013.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 28 de março de 2014.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.